

Apsen
Farmacêutica S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas da

Apsen Farmacêutica S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Apsen Farmacêutica S.A. ("Companhia" ou "Apsen"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Apsen Farmacêutica S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Leonardo Augusto Giusti
Contador CRC 1SP203952/O-9

Apsen Farmacêutica S.A.

Balances patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	8	29.810	60.778	Empréstimos e financiamentos	16	14.826	7.105
Contas a receber de clientes	9	280.508	231.844	Fornecedores	17	36.040	29.683
Estoques	10	72.163	49.626	Impostos e contribuições a recolher	18	12.665	16.752
Impostos a recuperar	11	3.066	1.635	Imposto de renda e contribuição social	13	14.346	15.986
Despesas antecipadas		378	1.920	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	19	23.235	20.989
Outros créditos	12	<u>8.793</u>	<u>3.514</u>	Dividendos a pagar	21	6.020	3.818
				Contas a pagar		<u>1.444</u>	<u>2.897</u>
Total ativo circulante		<u>394.718</u>	<u>349.317</u>	Total passivo circulante		<u>108.576</u>	<u>97.230</u>
				Empréstimos e financiamentos	16	53.204	6.213
Impostos a recuperar	11	2.400	1.140	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	2.907	2.731
				Contas a pagar		1.550	-
Depósitos judiciais	20	2.833	483	Provisão para contingências	20	<u>4.232</u>	<u>9.798</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	<u>4.617</u>	<u>10.422</u>	Total passivo não circulante		<u>61.893</u>	<u>18.742</u>
Total realizável a longo prazo		<u>9.850</u>	<u>12.045</u>				
				Patrimônio líquido	21		
Imobilizado	14	227.623	165.335	Capital social		278.000	178.000
Intangível	15	<u>9.865</u>	<u>8.189</u>	Reservas de lucros		<u>193.587</u>	<u>240.914</u>
Total ativo não circulante		<u>247.338</u>	<u>185.569</u>	Total do patrimônio líquido		<u>471.587</u>	<u>418.914</u>
Total do ativo		<u><u>642.056</u></u>	<u><u>534.886</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>642.056</u></u>	<u><u>534.886</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apsen Farmacêutica S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	22	572.546	529.021
Custo dos produtos vendidos	23	<u>(154.953)</u>	<u>(127.740)</u>
Lucro bruto		<u>417.593</u>	<u>401.281</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	24	(232.211)	(207.344)
Gerais e administrativas	25	(84.364)	(80.628)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>3.069</u>	<u>706</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>104.087</u>	<u>114.015</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	26	12.057	8.734
Despesas financeiras	26	<u>(5.952)</u>	<u>(4.252)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>110.192</u>	<u>118.497</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	13	(32.336)	(33.180)
Diferidos	13	<u>(5.981)</u>	<u>2.341</u>
Lucro líquido do exercício		<u>71.875</u>	<u>87.658</u>
Lucro líquido por lote de mil ações em R\$		<u>71,88</u>	<u>87,66</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apsen Farmacêutica S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	71.875	87.658
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>71.875</u>	<u>87.658</u>
Atribuível aos acionistas	<u>71.875</u>	<u>87.658</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apsen Farmacêutica S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		<u>Reservas de lucros</u>				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2016		<u>175.000</u>	<u>28.283</u>	<u>151.791</u>	<u>-</u>	<u>355.074</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	87.658	87.658
Aumento de capital	21	3.000	-	(3.000)	-	-
Constituição de reserva legal	21	-	4.383	-	(4.383)	-
Juros sobre capital próprio	21	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	(3.818)	(3.818)
Retenção de lucros		-	-	59.457	(59.457)	-
Em 31 de dezembro de 2017		<u>178.000</u>	<u>32.666</u>	<u>208.248</u>	<u>-</u>	<u>418.914</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	71.875	71.875
Aumento de capital	21	100.000	-	(100.000)	-	-
Constituição de reserva legal	21	-	3.594	-	(3.594)	-
Juros sobre capital próprio	21	-	-	-	(13.000)	(13.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	(182)	(6.020)	(6.202)
Retenção de lucros		-	-	49.261	(49.261)	-
Em 31 de dezembro de 2018		<u>278.000</u>	<u>36.260</u>	<u>157.327</u>	<u>-</u>	<u>471.587</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apsen Farmacêutica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	110.192	118.497
Ajustes para conciliar lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	18.198	16.020
Resultado na baixa dos bens do imobilizado e intangível	8.397	3.511
Juros sobre empréstimos e financiamentos	2.184	1.300
Provisão para perdas em estoques	(6.104)	1.528
Provisão outras	-	1.489
Provisão de vendas <i>cut off</i>	(8.675)	-
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(5.566)	2.060
Provisão para devedores duvidosos	1.301	(3.980)
	119.927	140.425
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(41.290)	(26.953)
Estoques	(16.433)	(9.383)
Impostos a recuperar	(2.691)	(1.086)
Despesas antecipadas e outros créditos	(6.088)	(6.130)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	6.357	14.220
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	2.246	4.086
Impostos e contribuições a recolher	(4.087)	1.251
Outras obrigações	97	(470)
Caixa líquido gerado nas operações	58.038	115.960
Imposto de renda e contribuição social pagos	(33.976)	(36.211)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	24.062	79.749
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(90.558)	(33.220)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(90.558)	(33.220)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captações de financiamentos e empréstimos	63.648	7.198
Amortizações de financiamentos e empréstimos	(11.120)	(8.772)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(17.000)	(25.646)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	35.528	(27.220)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(30.968)	19.309
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	60.778	41.469
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	29.810	60.778
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(30.968)	19.309

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Apsen Farmacêutica S.A. ("Companhia" ou "Apsen") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, controlada pela Regida Empreendimentos e Participações S.A., e tem por objeto social a fabricação, comércio, importação, exportação, representação comercial, transporte e armazenamento de produtos e insumos farmacêuticos, alimentícios (normais e dietéticos), cosméticos, de perfumaria e toucador, extração e manipulação de produtos químicos e de material biológico, bem como a produção e comercialização de periódicos científicos e a participação em outras sociedades ou outros empreendimentos empresariais.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 22 de março de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receita e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a. Julgamentos

A Administração da Companhia não identificou situações que tenham gerado julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 9 - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber
- Nota Explicativa nº 10 - Mensuração da provisão sobre os estoques
- Nota Explicativa nº 14 - Vida útil dos ativos
- Nota Explicativa nº 20 - Mensuração da provisão para contingências.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota Explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Reconhecimento da receita operacional líquida

A Companhia adotou o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 estão descritas na letra “n” desta nota.

A receita operacional líquida compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos descontos e dos abatimentos concedidos, sendo reconhecida no resultado quando da entrega dos produtos, ou seja, quando da transferência dos riscos e benefícios ao comprador, e quando o valor desta puder ser mensurado com segurança e for provável que os benefícios econômicos futuros fruirão para a Companhia.

b. Benefícios aos empregados

(i) Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia mantém um plano para participação nos lucros e resultados que proporciona aos seus colaboradores o direito de participar nos lucros da Companhia (PLR), conforme convenção coletiva estabelecida com o sindicato.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

(ii) Plano de previdência privada

A Companhia mantém um plano de previdência privada para seus colaboradores, no modelo de contribuição definida, com contribuições mútuas das partes que variam entre 1% a 5% sobre a remuneração do colaborador optante e a Companhia contribui de 2% a 3%. Este percentual está atrelado ao percentual de opção do beneficiário.

Este plano possui cláusulas específicas para utilização do benefício para seus funcionários que estão atreladas ao tempo de maturação do capital investido pelas partes. Não ocorrendo tal maturação prevista, o colaborador possui a opção de resgate antecipado dos valores por ele contribuídos, sendo a parte da Companhia creditada a seu favor para abatimento em parcelas futuras na contribuição do benefício.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Rendimento de aplicação financeira
- Variação cambial
- Resultado com derivativos
- Despesas com juros sobre empréstimos
- Receita e despesa de juros.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

e. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio de aquisição ou de fabricação. O custo dos produtos acabados, semielaborados e em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas relacionadas à produção. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Adicionalmente, uma provisão para perdas ou obsolescência é constituída quando necessário, considerando datas de validade e produtos com deterioração de qualquer natureza.

f. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. São depreciados pelo prazo de vida útil econômica estimada dos bens.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	40
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	5
Máquinas e equipamentos industriais	10
Veículos	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (quer seja por uso ou por alienação).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil residual e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

g. Intangível

Ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de *software*. São demonstrados pelo custo de aquisição. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudança de estimativa contábil. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com bases nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizados durante sua vida útil estimável.

Os registros de marcas, patentes e direitos comerciais são pagos para alguns produtos comercializados pela Companhia. Nesta classe de intangível, estão registrados ativos com prazos determinados, os quais são amortizados pelo período de seu benefício futuro.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
<i>Software</i>	1 - 5
Marcas, patentes e direitos comerciais	5

h. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação ocorrer provavelmente nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i. Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

j. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

k. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tiver uma obrigação presente ou não formalizada, como resultado de eventos já ocorridos; (ii) for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

l. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - Instrumento de dívida; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - Instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se não for designado como mensurado ao VJR e se atender a ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se não for designado como mensurado ao VJR e se atender a ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo: baseados na *performance* de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou os ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros aVJR	Mensurados ao valor justo, e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos para venda	Mensurados ao valor justo, e as variações no valor justo, exceto as perdas por <i>impairment</i> , juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual

substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

m. *Capital social*

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em Estatuto, são reconhecidos como passivo. Adicionalmente, o Estatuto prevê a declaração e distribuição de dividendos intermediários e/ou intercalares, mediante deliberação da Diretoria. Tais dividendos intermediários e/ou intercalares são reconhecidos como passivo quando deliberados.

Os dividendos adicionais, propostos pela Diretoria, não são reconhecidos como passivo até a efetiva ratificação em Assembleia, conforme previsto pela Lei das Sociedades Anônimas e o Estatuto da Companhia.

Juros sobre Capital Próprio

Os Juros sobre Capital Próprio pagos ou creditados são originalmente contabilizados no resultado como despesa financeira, sendo posteriormente revertidos na apuração do lucro líquido do exercício e demonstrados como destinação dos lucros acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido, como dividendos pagos ou a pagar, segundo a essência da operação.

n. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetou materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas destas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

Determinar o momento da transferência de controle — em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo — requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada — isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30 e interpretações relacionadas.

Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

De acordo com o CPC 30, a receita operacional de venda de bens no curso normal das atividades era medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional era reconhecida quando: existia evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens fossem transferidos para o comprador; fosse provável que os benefícios econômicos financeiros fluiriam para a Companhia; os custos associados e a possível devolução de mercadorias pudessem ser estimados de maneira confiável; não houver envolvimento contínuo com os bens vendidos; e o valor da receita operacional puder ser mensurado de maneira confiável. Caso fosse provável que descontos seriam concedidos e o valor pudesse ser mensurado de maneira confiável, então o desconto era reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas fossem reconhecidas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida à medida que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada.

Pelas características das operações de vendas da Companhia e pelo tratamento já adotado anteriormente no reconhecimento da receita, não foram identificados impactos na adoção do CPC 47, pois a transferência de controle dos produtos da Companhia aos clientes se dá no mesmo momento em que os riscos e benefícios eram transferidos aos clientes quando da adoção do CPC 30. Além disso, com raras exceções, não há contraprestações variáveis nas operações de vendas.

CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) *Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros*

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros:

Mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 retém, em grande parte, os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de *hedge*).

A tabela e as notas explicativas a seguir explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

Ativos e passivos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Valor contábil original de acordo com o CPC 48
Ativos				
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	646	646
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	60.132	60.132
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	232.839	232.839
Adiantamento a fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.400	3.400
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	Passivos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	13.318	13.318
Fornecedores	Passivos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	29.683	29.683
Dividendos a pagar	Passivos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	3.818	3.818
Contas a pagar	Passivos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	1.134	1.134

(ii) *Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada desta norma.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação do CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Entretanto, o impacto dependerá da composição futura da carteira de arrendamento da Companhia; a avaliação desta se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optar por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

A Companhia pretende aplicar o CPC 06 (R2) inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

O principal impacto da adoção dessa nova norma se restringe ao contrato de locação do estacionamento próximo à sede administrativa, conforme divulgações na Nota Explicativa nº 31.

Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- ICPC 22 - Incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro.
- Características de pré-pagamento com remuneração negativa.
- Alterações no plano, reduções ou liquidação do plano (Alterações no CPC 33).
- CPC 11 - Contratos de seguros.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	326	646
Aplicações financeiras	<u>29.484</u>	<u>60.132</u>
	<u><u>29.810</u></u>	<u><u>60.778</u></u>

As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em renda fixa, com rendimentos equivalentes às taxas de liquidez diária do CDI. As aplicações financeiras têm liquidez imediata, sem risco de mudança significativa de seu valor de mercado. Essas aplicações apresentam taxas que variam entre 97,5% e 105,5% do Certificado de Depósito Interbancário.

9 Contas a receber de clientes

	2018	2017
Contas a receber de clientes	282.804	232.839
Provisão de perda de crédito esperada	<u>(2.296)</u>	<u>(995)</u>
	<u><u>280.508</u></u>	<u><u>231.844</u></u>

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	2018	2017
Títulos a vencer	264.925	222.156
Vencidos		
Até 30 dias	13.712	7.861
De 31 a 90 dias	295	1.453
De 91 a 180 dias	1.866	374
De 181 a 360 dias	1.033	441
Mais de 360 dias	<u>973</u>	<u>554</u>
	<u><u>282.804</u></u>	<u><u>232.839</u></u>

As movimentações na provisão de perda de crédito esperada do contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2018	2017
Em 1º de janeiro	995	4.975
Adições	4.969	1.164
Baixas	<u>(3.668)</u>	<u>(5.144)</u>
Em 31 de dezembro	<u><u>2.296</u></u>	<u><u>995</u></u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado está divulgada na Nota Explicativa nº 28.

10 Estoques

	2018	2017
Produtos acabados	32.352	24.315
Matéria-prima	29.130	12.870
Produtos semielaborados	2.841	1.981
Material de embalagem	2.607	2.033
Outros	5.233	8.427
	<u>72.163</u>	<u>49.626</u>

A provisão para perda em estoque em 2018 foi de R\$ 3.704 (R\$ 9.809 em 2017) e foi reconhecida para reduzir o valor aplicado aos estoques para a cobertura de perdas por descontinuidade, validade, qualidade e realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Companhia.

As movimentações do saldo das provisões para perdas em estoques são:

	2018	2017
Em 1º de janeiro	9.809	8.281
Adições	8.384	7.310
Baixas	<u>(14.489)</u>	<u>(5.782)</u>
Em 31 de dezembro	<u>3.704</u>	<u>9.809</u>

11 Impostos a recuperar

	2018	2017
IPI a compensar	57	13
ICMS a compensar (CIAP)	3.648	1.723
IR e CS a compensar	1.761	1.019
Outros	<u>-</u>	<u>20</u>
Total	<u>5.466</u>	<u>2.775</u>
Circulante	3.066	1.635
Não circulante	<u>2.400</u>	<u>1.140</u>
Total	<u>5.466</u>	<u>2.775</u>

12 Outros créditos

	2018	2017
Adiantamento a fornecedores	8.734	3.401
Adiantamentos a funcionários	27	74
Outras contas	<u>32</u>	<u>39</u>
Total	<u>8.793</u>	<u>3.514</u>

13 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	110.192	118.497
Alíquota combinada de 34%	(37.441)	(40.265)
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica	-	513
Incentivos fiscais	1.922	1.956
Juros sobre Capital Próprio	4.420	6.800
Despesas não dedutíveis	5.470	(921)
Outras diferenças permanentes	(6.707)	(1.263)
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	(32.336)	(33.180)
Ajuste para demonstração da taxa efetiva		
Provisão para perda dos estoques	(2.076)	519
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(1.987)	700
Ajuste de <i>leasing</i> financeiro	(176)	(148)
Provisão de perda de crédito esperada do contas a receber	(50)	(1.325)
Outras provisões	(1.692)	2.595
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	(5.981)	2.341
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(38.317)	(30.839)
Alíquota efetiva	35%	26%
	2018	2017
Passivo		
Provisão para IRPJ e CSLL	31.093	36.011
IRPJ e CSLL antecipados	(16.686)	(17.980)
Outros ajustes do ano no IRPJ e na CSLL	(61)	(2.045)
Total de IRPJ e CSLL a pagar	14.346	15.986
(a) Resultado		
Provisão para IRPJ e CSLL do exercício	31.093	36.011
Ajuste de IRPJ e CSLL do ano anterior no resultado do exercício	1.304	(786)
Outros ajustes de IRPJ e CSLL no resultado do exercício	(61)	(2.045)
Total	32.336	33.180
(b) Composição dos pagamentos para efeitos do fluxo de caixa		
Saldo de IRPJ e CSLL do exercício anterior pago no exercício corrente	(17.290)	(19.468)
IRPJ e CSLL do exercício corrente antecipado	(16.686)	(16.743)
Total	(33.976)	(36.211)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de impostos diferidos registrados gerados estão demonstrados a seguir:

	1º janeiro de 2017	Resultado	31 de dezembro 2017	Resultado	31 de dezembro 2018
Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.604	701	4.305	(1.987)	2.318
Perda de estoques	2.816	519	3.335	(2.076)	1.259
Provisão de perda de crédito esperada do contas a receber	1.514	(1.325)	189	(50)	139
Outros	-	2.593	2.593	(1.692)	901
<i>Leasing</i>	<u>(2.584)</u>	<u>(147)</u>	<u>(2.731)</u>	<u>(176)</u>	<u>(2.907)</u>
	<u>5.350</u>	<u>2.341</u>	<u>7.691</u>	<u>(5.981)</u>	<u>1.710</u>
Saldo do diferido ativo	7.934		10.422		4.617
Saldo do diferido passivo	(2.584)		(2.731)		(2.907)

14 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação - %	2018			2017		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos		23.266	-	23.266	23.266	-	23.266
Edifícios	2,5	65.019	(15.623)	49.396	63.863	(13.541)	50.322
Móveis e utensílios	10	6.907	(4.135)	2.772	6.217	(3.785)	2.432
Instalações	10	28.440	(14.953)	13.487	26.869	(13.124)	13.745
Equipamentos de informática	20	15.674	(8.669)	7.005	12.250	(7.257)	4.993
Máquinas e equipamentos industriais	10	96.355	(31.479)	64.876	71.385	(25.902)	45.483
Veículos	20	27.925	(2.513)	25.412	25.574	(6.227)	19.347
Outros		5		5	5	-	5
Imobilizado em andamento		41.404		41.404	5.742	-	5.742
		<u>304.995</u>	<u>(77.372)</u>	<u>227.623</u>	<u>235.171</u>	<u>(69.836)</u>	<u>165.335</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2016	Adições	Baixas	Transferências	2017	Adições	Baixas	Transferências	2018
Custo									
Terrenos	18.465	-	-	4.801	23.266	-	-	-	23.266
Edifícios	56.251	331	-	7.281	63.863	693	-	463	65.019
Móveis e utensílios	5.961	262	(19)	13	6.217	690	-	-	6.907
Instalações	23.079	265	-	3.525	26.869	1.019	-	552	28.440
Equipamentos de informática	11.027	830	(116)	509	12.250	3.489	(65)	-	15.674
Máquinas e equipamentos industriais	56.273	15.512	(2.378)	1.978	71.385	27.462	(2.400)	(92)	96.355
Veículos (ii)	19.779	7.641	(1.846)	-	25.574	14.939	(12.588)	-	27.925
Imobilizado em andamento (i)	19.508	5.083	-	(18.844)	5.747	36.941	-	(1.279)	41.409
Total custo	210.343	29.924	(4.359)	(737)	235.171	85.233	(15.053)	(356)	304.995
Depreciação									
Edifícios	(11.660)	(1.881)	-	-	(13.541)	(2.082)	-	-	(15.623)
Móveis e utensílios	(3.397)	(398)	10	-	(3.785)	(350)	-	-	(4.135)
Instalações	(11.277)	(1.847)	-	-	(13.124)	(1.829)	-	-	(14.953)
Equipamentos de informática	(5.987)	(1.375)	105	-	(7.257)	(1.519)	107	-	(8.669)
Máquinas e equipamentos industriais	(21.593)	(4.353)	44	-	(25.902)	(5.619)	42	-	(31.479)
Veículos (ii)	(4.471)	(2.445)	689	-	(6.227)	(2.793)	6.507	-	(2.513)
Total depreciação	(58.385)	(12.299)	848	-	(69.836)	(14.192)	6.656	-	(77.372)
Saldo líquido	151.958	17.625	(3.511)	(737)	165.335	71.041	(8.397)	(356)	227.623

(i) As aquisições em imobilizado em andamento referem-se basicamente aos projetos da área industrial.

(ii) Os veículos são garantia das operações de arrendamento mercantil (Nota Explicativa nº 16).

O montante de R\$ 5.022 (2017 - R\$ 4.188) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R\$ 2.681 (2017 - R\$ 2.345) em "Despesas com vendas" e R\$ 4.596 (2017- R\$ 4.652) em "Despesas gerais e administrativas".

15 Intangível

	Taxa anual de amortização - %	2018			2017		
		Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Software (i)	11,5 a 30,5	27.001	(19.151)	7.850	22.355	(15.380)	6.975
Marcas, patentes e direitos comerciais (ii)	20	6.948	(4.933)	2.015	5.912	(4.698)	1.214
		<u>33.949</u>	<u>(24.084)</u>	<u>9.865</u>	<u>28.267</u>	<u>(20.078)</u>	<u>8.189</u>

- (i) As licenças de programas de computador (*softwares*) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme estabelecido em contrato e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefício econômico futuro, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.
- (ii) Referem-se a valores pagos para registros de marcas, patentes e direitos comerciais dos produtos comercializados pela Companhia. Nesta classe de intangível, estão registrados ativos com prazos determinados, os quais são amortizados pelo período de seu benefício futuro.

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	2016	Adições	Baixas	Transferências	2017	Adições	Baixas	Transferências	2018
Custo									
<i>Software</i>	18.796	2.822	-	737	22.355	4.290	-	356	27.001
Marcas, patentes e direitos comerciais	5.437	475	-	-	5.912	1.036	-	-	6.948
Total do custo	24.233	3.297	-	737	28.267	5.326	-	356	33.949
Amortização									
<i>Software</i>	(11.953)	(3.428)	-	-	(15.381)	(3.770)	-	-	(19.151)
Marcas, patentes e direitos comerciais	(4.403)	(294)	-	-	(4.697)	(236)	-	-	(4.933)
Total da depreciação	(16.356)	(3.722)	-	-	(20.078)	(4.006)	-	-	(24.084)
Saldo líquido	7.877	(425)	-	737	8.189	1.320	-	356	9.865

16 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos anuais - %	Vencimento	2018	2017
BNDES	Prefixada 3,50% a 4,50% a.a.	2019	1.252	5.011
FINAME	Prefixada 2,57% a.a.	2023	830	1.036
Santander	Juros equivalentes à taxa CDI + 1,61% a.a.	2021	50.311	-
Arrendamento mercantil - Santander	Prefixada de 13,70% a 19% a.a.	2020	5.144	1.222
Arrendamento mercantil - Bradesco	Prefixada de 11,80% a 19% a.a.	2020	10.493	6.049
Total			68.030	13.318
Circulante			14.826	7.105
Não circulante			53.204	6.213
Total			68.030	13.318

Os montantes a longo prazo dos empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2018	2017
2019	-	4.534
2020	28.257	1.259
2021	24.732	205
2022	206	206
2023	9	9
	53.204	6.213

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixas de atividade de financiamento:

	Arrendamento mercantil	Empréstimo	BNDES	FINAME	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	3.582	-	8.769	1.241	13.592
Variações dos fluxos de caixa de financiamento:					
Captações	7.198	-	-	-	7.198
Despesas com juros	1.016	-	255	29	1.300
Pagamentos	(4.525)	-	(4.013)	(234)	(8.772)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.271	-	5.011	1.036	13.318
Variações dos fluxos de caixa de financiamento:					
Captações	13.648	50.000	-	-	63.648
Despesas com juros	1.733	311	116	24	2.184
Pagamentos	(7.016)	-	(3.875)	(229)	(11.120)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.636	50.311	1.252	831	68.030

As operações de arrendamento mercantil possuem como garantia os próprios bens adquiridos (Nota Explicativa nº 14).

Os contratos com o BNDES nºs 13.200.351/011 e 13.200.351/020, respectivamente, possuem cláusulas contratuais restritivas que, em 31 de dezembro de 2018, foram devidamente cumpridas.

As principais cláusulas restritivas são:

- Na hipótese de ocorrer redução do quadro de pessoal durante a vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas.
- Adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto.
- Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente.
- Observar o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiências.
- Comunicar ao BNDES o nome/CPF de pessoa que, exercendo função remunerada, tenha sido diplomada ou empossada como deputado federal ou senador.
- Guardar e conservar os bens dados em garantia.
- Formalizar nomeação de novo fiador para assumir o encargo, em caso de falecimento, interdição ou da declaração de ausência do atual interveniente.
- Apresentar ao BNDES, até 30 de junho, as demonstrações financeiras do exercício anterior, auditadas por empresa de auditoria independente.

O contrato de empréstimo do Banco Santander na modalidade 4131 foi firmado em 30 de novembro de 2018, no valor de R\$ 50 milhões, com vencimento do principal em 16 de novembro de 2021, com pagamentos de juros semestrais. Não há cláusulas restritivas e o empréstimo foi avalizado pelo acionista majoritário.

17 Fornecedores

Os saldos de fornecedores correspondem, principalmente, a compras de matéria-prima e produtos utilizados no processo produtivo:

	2018	2017
Fornecedores nacionais	25.119	18.730
Fornecedores do exterior	<u>10.921</u>	<u>10.953</u>
	<u><u>36.040</u></u>	<u><u>29.683</u></u>

18 Impostos e contribuições a recolher

	2018	2017
ICMS	6.996	7.357
ICMS de substituição tributária	1.507	1.437
ISS a pagar	32	52
PIS	684	834
COFINS	3.233	3.940
Outros	213	3.132
	<u>12.665</u>	<u>16.752</u>

19 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2018	2017
INSS	3.721	4.138
FGTS	1.155	811
Provisão de férias	7.246	5.849
IRRF	2.204	2.902
PLR	8.881	7.263
Outros	28	26
	<u>23.235</u>	<u>20.989</u>

20 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos, conforme apresentados a seguir:

	2018			2017		
	Contingências prováveis	Depósitos judiciais	Contingências prováveis líquidas	Contingências prováveis	Depósitos judiciais	Contingências prováveis líquidas
Tributários	-	-	-	4.494	-	4.494
Trabalhistas	6.571	(2.508)	4.063	7.947	(2.788)	5.159
Cíveis	244	(75)	169	220	(75)	145
	<u>6.815</u>	<u>(2.583)</u>	<u>4.232</u>	<u>12.661</u>	<u>(2.863)</u>	<u>9.798</u>

A movimentação ocorrida no exercício é demonstrada a seguir:

	2017	Adições	Reversões	Atualização	2018
Tributários	4.494	747	(5.359)	118	-
Trabalhistas (i)	7.947	4.153	(5.527)	-	6.573
Cíveis (ii)	220	224	(201)	-	243
	<u>12.661</u>	<u>5.124</u>	<u>(11.087)</u>	<u>118</u>	<u>6.816</u>
Depósitos judiciais	<u>(2.863)</u>	<u>(77)</u>	<u>457</u>	<u>(101)</u>	<u>(2.584)</u>
	<u><u>9.798</u></u>	<u><u>5.047</u></u>	<u><u>(10.630)</u></u>	<u><u>17</u></u>	<u><u>4.232</u></u>

- (i) A Companhia figura em processos trabalhistas, nos quais se discutem horas extras, diferenças salariais, indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, dentre outros pedidos, os valores das provisões são mensurados caso a caso.
- (ii) As principais ações cíveis estão relacionadas com processos administrativos no valor de R\$ 169.

A Companhia está envolvida em outros processos de naturezas trabalhistas, cíveis e tributários, cujo valor totaliza R\$ 20.127 (2017 - R\$ 27.665) que, por apresentarem probabilidade de perda possível, na opinião de seus assessores jurídicos, não requerem o registro de provisões.

Depósitos judiciais

A movimentação dos depósitos judiciais esta demonstrada a seguir:

	2017	Adições	Reversões	2018
Trabalhistas	384	183	(123)	444
Cíveis	<u>99</u>	<u>2.290</u>	<u>-</u>	<u>2.389</u>
	<u><u>483</u></u>	<u><u>2.473</u></u>	<u><u>(123)</u></u>	<u><u>2.833</u></u>

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 278.000 (2017 - R\$ 178.000), representado por 1.000 ações, no valor nominal de R\$ 278 por ação.

Em 20 de abril de 2018, os acionistas resolveram aumentar o capital social da Companhia em R\$ 100.000, sem a emissão de novas ações. O referido aumento se deu pela conversão de R\$ 100.000 da conta de “Reserva de lucros” para a conta de “Capital social”, conforme saldo credor existente na referida conta, proporcionalmente à participação detida por cada acionista no capital social da Companhia.

Acionistas	Percentual sobre Capital	Nº Ações Ordinárias	Montante
Regida Empreendimentos e Participações S.A.	60,00%	600.000	166.799
Maria Antonieta Spallicci	10,00%	100.000	27.800
Ana Spallicci	10,00%	100.000	27.800
Mario Renato Spallicci	10,00%	100.000	27.800

Roberta Sarkis Spallicci	3,33%	33.333	9.267
Fábio Sarkis Spallicci	3,33%	33.333	9.267
Ricardo Sarkis Spallicci	3,33%	33.333	<u>9.267</u>
			278.000

b. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a compensação de prejuízos acumulados, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Após a constituição da reserva legal e da contabilização dos dividendos mínimos obrigatórios, o saldo remanescente dos lucros é transferido para "Reservas de retenção de lucros", aguardando destinação pela Assembleia Geral Ordinária.

c. Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio

Conforme prevê a legislação fiscal, a Companhia optou por efetuar, a título de remuneração de seus acionistas, o pagamento de juros sobre o capital próprio apurado com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), sobre a movimentação do patrimônio líquido.

Os juros apurados foram registrados como "Despesas financeiras" e para fins de apresentação das demonstrações financeiras estão demonstrados como redução do patrimônio líquido a título de distribuição de dividendos aos acionistas.

Aos detentores das ações é assegurado um dividendo obrigatório correspondente a 25%, calculado com base no lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei. Os dividendos foram calculados, conforme demonstrado a seguir:

	2018
Lucro líquido do exercício	71.875
(-) Reserva legal	<u>3.594</u>
Base para cálculo dos dividendos	<u>68.281</u>
Dividendos obrigatórios	17.070
Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, líquido	<u>(11.050)</u>
Dividendos líquidos	<u>6.020</u>
	2017
Lucro líquido do exercício	87.658
(-) Reserva legal	<u>(4.383)</u>
Base para cálculo dos dividendos	<u>83.275</u>
Dividendos obrigatórios	20.818
Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, líquido	<u>(17.000)</u>
Dividendos líquidos	<u>3.818</u>

Foi aprovado, na Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2018, o valor de R\$ 4.000 para pagamento de distribuição de dividendos adicionais aos acionistas da Companhia referente ao ano de 2017, sendo tais dividendos pagos em 31 de maio de 2018.

d. Lucro líquido por ação

O cálculo de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O cálculo do lucro básico por ação é o seguinte:

	2018	2017
Lucro do exercício	71.875	87.658
Ações ordinárias em circulação	1.000	1.000
Lucro por lote de mil ações - Básico	71,88	87,66

A Companhia não possui ações em potencial, ou seja, qualquer instrumento e contratos que possam resultar na emissão de ações. Por isto, não foi demonstrado o resultado por ação diluído, tampouco houve movimentação da quantidade de ações nos exercícios de 2018 e 2017.

22 Receita operacional líquida

	2018	2017
Receita bruta do mercado interno	686.620	646.355
Devolução de vendas	(3.337)	(4.386)
Impostos incidentes sobre vendas	(110.737)	(112.948)
	572.546	529.021

23 Custo dos produtos vendidos

	2018	2017
Matéria-prima, materiais e insumos	(83.958)	(68.871)
Custo de transformação	(60.976)	(48.349)
Perda nos estoques	(8.369)	(12.225)
Variações dos estoques/outros	(1.650)	1.705
	(154.953)	(127.740)

24 Despesas com vendas

	2018	2017
Gastos com pessoal	(120.381)	(105.927)
Despesas promocionais e comerciais	(80.551)	(73.278)
Despesas gerais com manutenção	(5.103)	(5.040)
Despesas com ocupação e aluguel	(3.167)	(2.994)
Despesas com impostos e taxas	(4.560)	(3.209)
Outras despesas	(18.449)	(16.896)
	(232.211)	(207.344)

25 Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Gastos com pessoal	(39.515)	(33.185)
Despesas gerais com manutenção	(16.840)	(15.498)
Honorários e serviços prestados	(18.978)	(17.404)
Despesas com ocupação e aluguel	(9.217)	(8.734)
Despesas com impostos e taxas	(2.979)	(2.931)
(Reversão) Constituição de provisão para contingências	5.529	(2.060)
Demais despesas	(2.364)	(816)
	<u>(84.364)</u>	<u>(80.628)</u>

26 Resultado financeiro

	2018	2017
Rendimento de aplicações financeiras	3.237	6.495
Variação cambial ativa	2.690	1.083
Receita de juros	109	596
Receitas com <i>hedge</i>	5.740	206
Outras receitas financeiras	281	354
	<u>12.057</u>	<u>8.734</u>
Total das receitas financeiras	<u>12.057</u>	<u>8.734</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.185)	(1.300)
Variação cambial passiva	(3.011)	(1.425)
Descontos concedidos	(659)	(1.313)
Despesas de juros	(16)	(32)
Despesas com <i>hedge</i>	(13)	(45)
Outras despesas financeiras	(68)	(137)
	<u>(5.952)</u>	<u>(4.252)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(5.952)</u>	<u>(4.252)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>6.105</u>	<u>4.482</u>

27 Despesas de benefícios a empregados

a. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou uma provisão para participação nos lucros no montante de R\$ 10.463 (R\$ 8.856 em 2017), distribuído nas rubricas de "Custos dos produtos vendidos, despesas administrativas e despesas comerciais". O plano para participação nos lucros possui pagamentos semestrais, e, em 31 de dezembro de 2018, permanecia um saldo a pagar no montante de R\$ 8.881 (R\$ 7.263 em 2017).

b. Plano de previdência privada

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar de contribuição definida, que abrange todos os seus colaboradores (adesão opcional), nas modalidades Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) ou na modalidade Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), administrado por entidade de previdência privada.

No exercício de 2018, a Companhia efetuou contribuição no montante de R\$ 2.059 (R\$ 1.724 em 2017) para a previdência privada.

28 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Apsen Farmacêutica S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018

2018							
Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Valor justo			
				Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	29.484	326	29.810	326	29.484	-	29.810
Contas a receber de clientes	-	280.508	280.508	-	280.508	-	280.508
Adiantamento a fornecedores	-	8.734	8.734	-	8.734	-	8.734
	29.484	289.568	319.052	326	318.726	-	319.052
Empréstimos e financiamentos	-	-	68.030	-	68.030	-	68.030
Fornecedores	-	-	36.040	-	36.040	-	36.040
Dividendos a pagar	-	-	6.020	-	6.020	-	6.020
Contas a pagar	-	-	1.444	-	1.444	-	1.444
	-	-	111.534	-	111.534	-	111.534
2017							
Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Valor justo			
				Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa	60.132	646	60.778	646	60.132	-	60.778
Contas a receber de clientes	-	231.844	231.844	-	231.844	-	231.844
Adiantamento a fornecedores	-	3.400	3.400	-	3.400	-	3.400
	60.132	235.890	296.022	646	295.376	-	296.022
Empréstimos e financiamentos	-	-	13.318	-	13.318	-	13.318
Fornecedores	-	-	29.683	-	29.683	-	29.683
Dividendos a pagar	-	-	3.818	-	3.818	-	3.818
Contas a pagar	-	-	2.897	-	2.897	-	2.897
	-	-	49.716	-	49.716	-	49.716

b. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe aos seguintes riscos financeiros:

(i) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As vendas realizadas são administradas por um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na abertura das contas a receber por idade de vencimento, conforme Nota Explicativa nº 9.

Em 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima ao risco de crédito era a seguinte:

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	29.810	60.778
Contas a receber de clientes	9	280.508	231.844
Outros créditos	12	8.793	3.514
Depósitos judiciais	20	<u>2.833</u>	<u>483</u>
		<u>321.944</u>	<u>296.619</u>

Adicionalmente, a Companhia realiza aplicações financeiras apenas em instituições financeiras de primeira linha com objetivo de minimizar riscos de crédito.

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros de contas a receber de clientes é calculada com base em uma avaliação de risco de um cliente vir a não honrar com o pagamento nas datas de vencimento e na dificuldade de recuperação desse crédito mediante cobrança amigável. A área de Análise de Créditos avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração a sua posição financeira, histórico de pagamentos, informações de balanço e de instituições de análise de crédito.

As disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia são 100% transacionadas com instituições financeiras de primeira linha.

(ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para honrar os compromissos assumidos.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

2018						
	Nota	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 2 anos	Total contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos		14.826	28.257	24.947	68.030	68.030
Fornecedores		36.040	-	-	36.040	36.040
Dividendos a pagar		6.020	-	-	6.020	6.020
Contas a pagar		1.444	-	-	1.444	1.444
		<u>71.327</u>	<u>28.52</u>	<u>24.947</u>	<u>111.534</u>	<u>111.534</u>
2017						
	Nota	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 2 anos	Total contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos		7.896	4.912	1.661	13.318	14.469
Fornecedores	17	29.683	-	-	29.683	29.683
Dividendos a pagar	21	3.818	-	-	3.818	3.818
Contas a pagar		2.897	-	-	2.897	2.897
		<u>44.294</u>	<u>4.912</u>	<u>1.661</u>	<u>49.716</u>	<u>50.867</u>

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento do risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Risco cambial

O risco associado decorre dos valores a pagar denominados em moeda estrangeira, estando, portanto, expostos a riscos a flutuações nas taxas de câmbio.

	2018		2017	
	Moeda funcional	Reais	Moeda funcional	Reais
Fornecedores do exterior				
Dólar - USD		1.610	1.434	4.742
Euro - EUR		555	849	3.354
Franco Suíço - CHF		545	806	2.721
Libra - GBP		30	31	136
		<u>2.740</u>	<u>3.120</u>	<u>10.953</u>

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse

tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas.

(iv) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital social são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para reinvestimento, além de manter uma estrutura de capital que seja suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

29 Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Direção e Conselhos da Companhia, totalizou R\$ 2.161 (R\$ 2.160 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), e inclui salários e adicionais.

Não existem empréstimos para pessoas-chave da Administração.

Os principais executivos da Companhia são investidores e/ou controladores de outras entidades jurídicas em ramos econômicos diversos, sem correlação com o objeto social da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não ocorreram transações de nenhuma natureza entre a Companhia e as outras entidades partes relacionadas.

30 Seguros

A Administração da Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância por montantes considerados suficientes, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 170.036 mil para danos materiais, R\$ 171.079 mil para lucros cessantes e R\$ 5.000 mil para responsabilidade civil.

31 Compromissos (arrendamento mercantil operacional)

Em 2018, a Companhia assinou contrato de aluguel de um estacionamento próximo ao imóvel no qual está localizada, sendo o prazo de locação e o valor do aluguel suportados por contrato firmado com prazo de cinco anos com o início em 1º de outubro de 2018 e término em 1º de novembro de 2023. O valor incorrido pela Companhia com aluguéis foi de R\$ 96 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 0 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017). O contrato é atualizado monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M). Na hipótese de sua falta, extinção ou inaplicabilidade, o IGP-DI/FGV, o IPC/FIPE ou o IPCA/IBGE, ou outro índice capaz de refletir a recomposição do poder aquisitivo da moeda será utilizado nessa ordem de nomeação.

Seguem abaixo os valores mínimos de pagamentos relacionados a tais contratos:

2019	R\$ 576
2020	R\$ 576
2021	R\$ 576
2022	R\$ 576
2023	R\$ 480